DocuSign Envelope ID: 35526325-75E1-4D97-B668-CC2EE411DA09

Adonai East Terminal de Liquidos S.A. - CNPJ/MF 36.444.879/0001-08

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 *(Valores expressos em milhares reais) (As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)*

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas, a Administração da Adonai East Terminal de Liquidos S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras, acompanhada do parecer dos Auditores Independente, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2021. São Paulo, 26/4/22. **A Diretoria.**

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Notas	2021	2020*
Circulante: Caixa e equivalentes de caixa	4	558	3.727
Tributos a recuperar		358	86
Outros créditos		6	-
Despesas antecipadas		212	159
		1.134	**3.972**
Não circulante: Partes relacionadas	5	-	7.777
		-	**7.777**
Imobilizado	6	3	4
Intangível	7	55.145	49.262
		55.148	**49.266**
Total do ativo		**56.282**	**61.015**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante: Fornecedores	8	3.286	289
Obrigações trabalhistas	9	18	7
Obrigações tributárias	9	21	27
Compromisso com poder concedente	10	7.350	7.324
		10.675	**7.647**
Não circulante: Partes relacionadas	5	2.810	-
Compromisso com poder concedente	10	29.134	33.280
		31.944	**33.280**
Patrimônio líquido: Capital social	11.1	22.150	22.150
Prejuízos acumulados		(8.487)	(2.062)
		13.663	**20.088**
Total do passivo e patrimônio líquido		**56.282**	**61.015**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Notas	2021	2020*
(-) Custo de prestação de serviços	12	(3.639)	(1.414)
(=) Prejuízo bruto		**(3.639)**	**(1.414)**
(+/-) Despesas e receitas operacionais:			
Despesas administrativas e comerciais	13	(339)	(105)
		(339)	**(105)**
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(3.978)**	**(1.519)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	1.540	583
Despesas financeiras	14	(3.987)	(1.126)
		(2.447)	**(543)**
(=) Prejuízo do exercício		**(6.425)**	**(2.062)**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2021	2020*
Prejuízo líquido do exercício	**(6.425)**	**(2.062)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	**(6.425)**	**(2.062)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**-**
Integralização do capital social	22.150	-	22.150
Prejuízo do exercício	-	(2.062)	(2.062)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**22.150**	**(2.062)**	**20.088**
Prejuízo do exercício	-	(6.425)	(6.425)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**22.150**	**(8.487)**	**13.663**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Das atividades operacionais	2021	2020*
Resultado líquido antes das provisões tributárias	(6.425)	(2.062)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	3.464	1.611
Juros e variações monetárias líquidas s/mútuos	-	(53)
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Tributos a recuperar	(272)	(86)
Outros créditos	(6)	
Despesas antecipadas	(53)	(159)
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	2.997	289
Obrigações trabalhistas e tributárias	5	34
Compromisso com poder concedente	(4.120)	40.604
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(4.410)**	**40.178**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizados e intangíveis	(9.346)	(50.877)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(9.346)**	**(50.877)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	22.150
Mútuos concedidos ou pagos	-	(13.147)
Mútuos captados ou recebidos	10.587	5.423
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**10.587**	**14.426**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(3.169)**	**3.727**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.727	-
No final do exercício	558	3.727
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(3.169)**	**3.727**

*Reapresentado

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: A Adonai East Terminal de Líquidos S.A. é uma Sociedade anônima de capital fechado e tem sua sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 8º andar, sala 82, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filiais na Cidade de Santos, Terminal Adonai, Ilha do Barnabé e na Rua Quinze de novembro, 46/48 - sala 5. A Companhia tem como objeto social único e exclusivo o arrendamento da área e infraestrutura públicas localizadas no Porto de Santos, para a movimentação e armazenagem de granéis líquidos, especialmente combustíveis, na área denominada STS13A, nos termos das disposições do Contrato de Arrendamento, objeto de Leilão nº 02/2019, promovido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ. (Poder Concedente). A Companhia detém o direito de Exploração e uso da Instalação Portuária de uso Público, com a utilização da área sob administração Santos Port Authority SPA (Antiga Codesp), conforme contrato de arrendamento nº 03/2020, firmado em 19 de maio de 2020, tendo o seu prazo de arrendamento de 25 anos contados da data de Assunção, que foi em 21/08/2020, onde a sua vigência vai até 21/08/2045. A Companhia tem a perspectiva de iniciar suas operações no segundo semestre de 2023, considerando o cronograma de investimentos que consta no contrato de arrendamento. O plano da Companhia é de realizar captações no mercado para inclusive suportar o plano de obras previstos no contrato de arrendamento. **1.1.** Os Impactos relacionados à pandemia COVID-19: Os anos de 2020 e 2021 se notabilizaram pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que provocou crises sanitária e econômico-financeira de alcance mundial, cujos efeitos ainda hoje são sentidos globalmente, inclusive no Brasil. Esses impactos impuseram à Adonai East desafios de toda ordem -administrativos e financeiros, que a Companhia soube navegar a fim de manter a continuidade de seus projetos de investimentos e a sua sólida saúde financeira, sem perder o foco na preservação da integridade física e mental de seus funcionários e terceirizados. Ao longo do exercício, a Companhia manteve seus projetos em andamento, sem sofrer interrupções, paralisações ou suspensões de qualquer natureza, ao mesmo tempo, adotou medidas de preservação do caixa, Negociação com fornecedores e prestadores de serviço, fazendo a contenção de custos e despesas, bem como administrativas de simplificação e eficiência da estrutura organizacional. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1.** Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 26 de abril de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. **2.2.** Base de apresentação: As demonstrações contábeis são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda estimada na liquidação de créditos duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **2.3.** Moeda funcional: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4.** Conversão de moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real - R$) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas contábeis no resultado. **3. Sumário das principais práticas contábeis: a)** Reconhecimento da receita, custos e despesas: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas são apresentadas nos resultados dos exercícios pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre elas e são reconhecidas com base nos serviços prestados, na sua efetiva prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência sendo os custos compostos por custos portuários, custos de arrendamento, pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, manutenções, amortizações de ativos, entre outros insumos relacionados às operações portuárias, estão demonstradas separadamente das despesas operacionais, e são registradas no exercício em que incorrerem. **b)** Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações realizadas em investimentos com vencimento superior a três meses são classificadas como títulos e valores mobiliários, uma vez que possuem uma liquidez diferenciada. **c)** Imobilizado: O imobilizado é registrado pelo custo histórico de aquisição e/ou formação. As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 6 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e o período de concessão diante a Santos Port Authority SPA . Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Somente os bens não reversíveis ao concessionário, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como ativo imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27 - Ativo Imobilizado. Os bens reversíveis adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da concessão como ativo intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina, porém, no Contrato de Concessão, que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. **d)** Intangível: A Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados. A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão. Considerando as características do contrato de concessão, a Companhia considera que não há consonância entre as premissas estabelecida no ICPC 01/IFRIC 12 (Contratos de concessão) e os contratos firmados com o poder concedente, portanto, a base para o registro do direito de concessão e da infraestrutura está em conformidade com o CPC 04 - Ativo Intangível. **e)** Direito de concessão (outorga) e Infraestrutura: A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. **f)** Impairment de ativos não financeiros: De acordo com as disposições do CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de impairment em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para impairment. Uma perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 não foram identificados indicadores de impairment sobre esses ativos. **g)** Compromissos com o poder concedente: O poder concedente, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa e variável está registrada sob a denominação "Compromissos com o poder concedente" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras. **i.1)** Outorga - contribuição fixa: A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão é no valor de R$ 158,5 mil Reais mensais, corrigidas pelo IPCA anualmente. A contrapartida da atualização desta obrigação pela recomposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, é registrada no resultado do exercício como despesa financeira. **i.2)** Outorga - contribuição variável: A contribuição variável é calculada pela movimentação mensal por tonelada sobre a tarifa portuária de R$ 4,15 por tonelada de carga movimentada de arrendamento variável, corrigidas pelo IPCA anualmente. **h)** Tributação: Impostos sobre as vendas: As receitas de vendas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: • Imposto Sobre Serviços (ISS) - alíquota de 5%; • Programa de Integração Social (PIS) - alíquota 1,65%; • Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS) - alíquota de 7,6%. Impostos sobre o lucro: Para o exercício de 2021 o regime de tributação adotado pela Companhia foi o lucro Real mensal, aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **i)** Ativos contigentes e provisão para demandas judiciais: A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável pelos seus assessores legais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta, alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos são as seguintes: • Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • Passivos: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis de desembolso de caixa futuro e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos avaliados como sendo de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados. **j)** Fornecedores: Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais. **k)** Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possue uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **l)** Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado. Ativos e passivos financeiros - reconhecimento e desreconhecimento: A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Ativos financeiros - mensuração: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: • O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: • O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo. Passivos financeiros - mensuração: Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; •Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **m)** Novas normas, alterações e interpretações de normas: Não existem novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Companhia que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado. **n)** Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020: As demonstrações contábeis do exercício de 2020 estão sendo reapresentadas a fim de refletir os efeitos da reclassificação de saldos do ativo imobilizado para o ativo intangível. Os efeitos desse ajuste no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, são como segue:

Balanço Patrimonial / **Ativo**	2020 Original	Ajuste	2020 Reapresentado
Imobilizado	1.118	(1.114)	4
Intangível	48.148	1.114	49.262
	49.266	**-**	**49.266**

Demonstração do Fluxo de Caixa / **Ajustes conciliação resultado**	2020 Original	Ajuste	2020 Reapresentado
Juros e variações monetárias líquidas s/mútuos	53	(106)	(53)
(decréscimos)/acréscimos em passivos			
Fornecedores	(907)	1.196	289
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	34	-	34
Compromisso com o Poder concedente	(10.301)	50.905	40.604
Caixa Líquido consumido nas atividades operacionais	**(11.817)**	**52.101**	**(40.178)**
Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizados e intangíveis	1.118	(51.995)	(50.877)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**1.118**	**(51.995)**	**(50.877)**

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2021	2020
Banco conta movimento	557	1.215
Aplicações financeiras	1	2.512
	558	**3.727**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicação financeira de curto prazo, de alta liquidez, que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo de aplicações financeiras está representado substancialmente por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os certificados de depósitos bancários embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração. **5. Partes relacionadas:** São reputadas transações entre as empresas do Grupo de acordo com características acordadas entre as partes, as quais podem diferir das condições usuais de mercado.

Mútuos ativos	Prazo	2021	2020
Aba Infraestrutura e Logística (2)	Indeterminado	-	5.924
Formitex Empreendimentos e Part. (1)	2 anos	-	1.853
		-	**7.777**

Mútuos passivos			
Descrição	Prazo	2021	2020
Adonai Química S.A. (2)	Indeterminado	2.810	-
		2.810	**-**

(1) As operações com partes relacionadas, celebradas por contrato de mútuo com pessoas ligadas, com amortizações periódicas, são corrigidas mensalmente à taxa de 100% do CDI; (2) As operações comuns de saldos entre partes relacionadas, em contas correntes de empresas coligadas e entre controladoras e suas controladas, sem vencimento predeterminado, não há incidência de encargos financeiros e cobrança de juros. **5.1.** Movimentação do mútuo:

Ativos	Saldo anterior	Juros	Recebidos	Saldo
Aba Infraestrutura e Logística	5.924	-	(5.924)	-
Formitex Empreend. E Particip.	1.853	-	(1.853)	-
	7.777	**-**	**(7.777)**	**-**

Passivos	Saldo Anterior	Captados	Juros	Pagos	Saldo
Adonai Química S.A.	-	2.810	-	-	2.810
	-	**2.810**		**-**	**2.810**

6. Imobilizado:	Período de Depreciação	2021	2020
Móveis e utensílios	10 anos	4	4
Subtotal custo do ativo imobilizado		**4**	**4**
Depreciação acumulada		(1)	(-)
Ativo imobilizado líquido		**3**	**4**

Taxas de depreciação: A Companhia efetuou a revisão da amortização pelo prazo de concessão e a revisão da vida útil de seus principais ativos e concluiu que não existem diferenças relevantes na taxa de amortização/depreciação utilizadas atualmente.

7. Intangível:	Período de amortização	2021	2020
Direito de Outorga	25 anos	31.178	29.865
Direitos de Exploração	25 anos	21.172	19.893
Intangível em andamento		7.869	1.114
Subtotal custo do ativo intangível		**60.219**	**50.872**
Amortização acumulada	-	(5.074)	(1.610)
Ativo intangível líquido		**55.145**	**49.262**

As obras em andamento fazem parte dos investimentos obrigatórios que devem ser concluídos até o segundo semestre de 2023.

8. Fornecedores:	2021	2020
Fornecedores nacionais	3.286	289
	3.286	**289**

Fornecedores nacionais representados substancialmente por valores a vencer em até 30 dias. **9. Obrigações tributárias e trabalhistas:**

	2021	2020
Provisão de férias e encargos	11	-
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	7	7
Total obrigações trabalhistas curto prazo	**18**	**7**
Impostos Sobre Serviço (ISS)	7	17
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	7	3
PIS/COFINS/CSLL retido	7	7
Total obrigações tributarias curto prazo	**21**	**27**
Total circulante	**39**	**34**
Total obrigações trabalhistas e tributárias	**39**	**34**

10. Compromisso com o poder concedente:	2021	2020
Contribuição variável	35	10
Contribuição fixa - outorga	21.000	26.250
Contribuição fixa - exploração	48.446	50.510
(-) Ajuste à valor presente	(32.997)	(36.166)
	36.484	**40.604**
Circulante	7.350	7.324
Não circulante	29.134	33.280

No ano de 2021 foi liquidado o valor de R$ 5.848 e ano de 2020 foi liquidado o valor de R$ 9.155 com o poder concedente, referente Contrato de Arrendamento nº 03/2020, firmado em 19 de maio de 2020.

11. Patrimônio líquido: 11.1. Capital social: O capital social subscrito é de 22.150 e estão representadas por 22.150.000 ações ordinárias nominativas. Sendo sua integração 10% em 07/02/2020 e 90% em 03/03/2020, desta forma integralizado 100%, em moeda corrente. A composição do capital social é como segue:

Sócias acionistas	2021	2020
Aba Infra Estrutura e Logística S/A	22.150	22.150
	22.150	**22.150**

12. Custos da prestação de serviços:	2021	2020
Custos com pessoal	(140)	-
Insumos utilizados na operação	(500)	(157)
Serviços contratados de terceiros	(583)	(21)
Custos Portuários - CODESP	(232)	(8)
Depreciação e amortização	(1.993)	(1.080)
Gastos gerais	(191)	(148)
	(3.639)	**(1.414)**

13. Despesas administrativas, comerciais e gerais:	2021	2020
Serviços consultoria e assessoria	(96)	(80)
Tributos e contribuições	(212)	(14)
Ocupações e utilidades	(1)	(1)
Outras	(30)	(10)
	(339)	**(105)**

14. Despesas e receitas financeiras:	2021	2020
Rendimentos de aplicação financeira	55	29
Juros ativos sobre mútuos	-	53
Descontos obtidos	14	-
Ajuste AVP - direito de outorga	1.471	501
Total receitas financeiras	**1.540**	**583**
I.O.F. s/ operações financeiras	(5)	(1)
Comissões e despesas bancárias	(5)	(3)
Descontos concedidos	(53)	-
Atualização monetária passiva	(598)	-
Ajuste AVP - direito de outorga	(1.471)	(501)
Ajuste AVP - direito de concessão	(1.855)	(621)
Total despesas financeiras	**(3.987)**	**(1.126)**
Receitas e despesas financeiras e líquidas	**(2.447)**	**(543)**

15. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: Gerenciamento de riscos: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, ao qual a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Adicionalmente, a Companhia procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta. As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir: Riscos de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar. Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). Os riscos de crédito nas atividades operacionais da Companhia são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento das duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo da Companhia é monitorado diariamente, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital e todas as reservas constituídas. O índice de endividamento líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	2021	2020
Ativo circulante + não circulante	56.282	61.015
Passivo circulante + não circulante	(42.619)	(40.927)
Endividamento líquido	**13.663**	**20.088**

16. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente: Adoção pelo lucro real anual: Para os exercícios de 2021 e 2020 o regime de tributação da Companhia foi o lucro real anual aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social, com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução e o regime tributário foi determinado pelo regime de competência do exercício:

	2021	2020
Resultado antes de IRPJ e CSLL	(6.425)	(2.062)
(+) Adições	3.326	1.278
(-) Exclusões	(2.750)	(501)
Resultado antes das compensações	(5.849)	(1.285)
(-) Compensações fiscais 30%	-	-
Base de cálculo da CSLL	(5.849)	(1.285)
(=) Contribuição social 9%	**-**	**-**
Resultado antes do IRPJ	(6.425)	(2.062)
(+) Adições	3.326	1.278
(-) Exclusões	(2.750)	(501)
Base de cálculo do IRPJ	(5.849)	(1.285)
Compensações fiscais 30%	-	-
Base de cálculo do IRPJ	(5.849)	(1.285)
(=) IRPJ 15%	**-**	**-**
(+) Adicional do IRPJ 10%	-	-
(=) Imposto de Renda corrente	**-**	**-**

17. Seguros (não auditado): A Companhia mantém seguros com coberturas contratadas, consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura (MIL)
Garantia	Arrendamento Infra	57.450
Riscos de engenharia	Construção Bacia 7	60.000
Responsabilidade Civil Obras	Construção Bacia 7	10.000

Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Luis Antonio Floriano - Diretor Presidente
Luis Gustavo Batista - Diretor Financeiro
Américo Relvas da Rocha - Diretor Comercial

Leonardo Menezes da Silva - Contador - responsável técnico - CRC -SP-219027/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **Adonai East Terminal de Líquidos S.A.** São Paulo- SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Adonai East Terminal de Líquidos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Adonai East Terminal de Líquidos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 26 de abril de 2022. **BDO RCS Auditores Independentes SS** - CRC 2 SP 013846/O-1. **André Silva Moura** - Contador CRC 1 SP 300564/O-7.

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 06/05/2022 19:50:57 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*